

TRABALHO E VIDA EM TERRA ESTRANGEIRA:
O CASO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS
NA GUIANA FRANCESA

*Ligia T. L. Simonian**
*Rubens da S. Ferreira***

Resumo

Embora as migrações entre os países fronteiriços da Amazônia remontem ao período pré-colonial, sobre as quais há registro de deslocamentos de indígenas, contemporaneamente elas vêm adquirindo um novo sentido. Influenciado por questões de ordem socioeconômica, um fluxo migratório no sentido Brasil/Guiana Francesa persiste desde os anos de 1960, de modo que os estados da região norte brasileira – particularmente o Pará e o Amapá – vem fornecendo mão-de-obra, em geral pouco especializada, para trabalhar nesse Departamento Ultramarino Francês. A partir de material bibliográfico, dados e documentação produzidos em campo, este *paper* tem por finalidade discutir os entendimentos sobre o êxodo de brasileiros para a Guiana Francesa, ainda que eles tenham de enfrentar situações adversas, marcadas por processos discriminatórios, violências diversas e decepções. Apesar disto, verifica-se que o sonho de uma vida melhor continuará a inspirar a emigração nessa parte da Amazônia, mesmo que as autoridades francesas intensifiquem as restrições a esse fluxo no futuro.

Palavras-chave: Migração, trabalho, Brasil, Guiana Francesa.

* Professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: simonian@ufpa.br.

** M. Sc. em Planejamento do Desenvolvimento Regional. Bibliotecário da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança.

E-mail: rsf@ufpa.br.

Introdução

As migrações do Brasil para a Guiana Francesa e vice-versa ocorrem desde épocas remotas na região norte da América do Sul. De fato, isto tem acontecido desde os tempos pré-coloniais, a exemplo dos deslocamentos dos grupos Aruwak, Tupi e Wayana das terras hoje conhecidas como Amazônia brasileira para a Guiana Francesa (WAIÁPI, 1983; ZONZON, PROST, 1996). Disputas fronteiriças internacionais entre Portugal, Brasil e França nesta área (CASTRO, 1999; REIS, 1993) tornaram-se um dos fatores para a migração de brasileiros, franceses e guianeses. Soldados, comerciantes, missionários e colonos estiveram envolvidos nesse processo. Em décadas passadas, isso ocorreu de modo planejado, com a imigração de trabalhadores brasileiros contratados para trabalhar no Centro Espacial Guianês (CEG) (AROUCK, 2000, 2002). Desde então, iniciou-se uma corrente ilegal de imigrantes brasileiros, consistindo atualmente em um grupo importante vivendo neste Departamento Ultramarino Francês (DUF) Nessa perspectiva, este artigo¹ procura revelar o que faz com que os brasileiros – especialmente da Amazônia oriental – continuem com esse processo imigratório.

Diante desse contexto, importa pensar na era do transnacionalismo, como Vertovec (1999) aponta em um artigo relativamente recente. Conseqüentemente, uma diáspora caribenha pode ser identificada – em direção a uma crítica sobre essa categoria social – como o resultado de uma pressão ocasionada pela imigração de trabalhadores brasileiros para a região guianesa, tal como analisam Cohen (1998), Conway (2003), Goulbourne (2002) e Gowricharn (2005). Para os imigrantes, esse processo pode representar uma possibilidade de exílio econômico, motivado pelas condições de pobreza em que vivem em seu país natal, de modo que eles preferem uma vida dura em terras estrangeiras a permanecer no Brasil. Embora existam constrangimentos diversos, inclusive legais como posto por Arouck (2002), os brasileiros têm-se mostrado indiferentes a eles. Até mesmo os legalizados sonham em migrar para a Europa após se fixarem economicamente na Guiana Francesa ou nas outras Guianas.

Realmente, a conjuntura recente da globalização, acompanhada pelo empobrecimento de grande parte dos habitantes do Brasil, está consolidando um processo imigratório internacional. Os imigrantes

esperam, desse modo, ingressar em países de economia forte, embora esse processo seja contrabalançado por deportações, por repressões com violência policial e por enfrentamento às reações xenófobas das populações dos países receptores (ALMEIDA, 2004; SALES, 1995; SIMONIAN, 2002-2003). Em busca de melhores condições de vida, os imigrantes legais e ilegais almejam encontrar trabalho com melhores remunerações, se comparadas ao salário mínimo pago no Brasil. Além disso, a segurança social configura o mote dessa realidade internacional.

Teoricamente, os deslocamentos internacionais demandam pelo entendimento de alguns conceitos, como trabalho, migração e etnicidade. No caso em estudo, em vez de uma imigração simplificada, a noção de “novas migrações” foi destacada (MARGOLIS, 1995; SALES, 1995) ao referir-se ao deslocamento de trabalhadores para países de economia desenvolvida e estável, numa espécie de fuga dos países com economias subdesenvolvidas e, conseqüentemente, com baixa qualidade de vida para a maioria da população. A etnicidade como categoria de análise também se mostra relevante nessa direção, pois as particularidades socioculturais dos brasileiros precisam ser levadas em conta na dinâmica das interações sociais em solo guianês francês, onde compõem uma nova organização social (BARTH, 1998), a despeito dos diversos preconceitos vivenciados em tais contextos. O conceito de trabalho pode ser mais bem entendido a partir de Marx ([1867] 1946). Como ressaltado por esse autor, o poder do capital quanto à compra de trabalho situa-se num mercado que depende da exploração do trabalhador. Dessa maneira, os trabalhadores têm sido considerados como uma simples mercadoria no âmbito do mercado de trabalho.

Como o ambiente cultural no qual os brasileiros agem e interagem como trabalhadores estrangeiros, a Guiana Francesa é uma sociedade multiétnica. Indígenas, franceses, *créoles*, *maroons*, chineses, haitianos, martiniquenses, *hmongos*, brasileiros e outros povos compõem a sociedade local (AROUCK, 2002, 2000; CHÉRUBINI, 1988; SMITH, 1960). Em meio a essa diversidade cultural, as disputas políticas são parte desse contexto. No que diz respeito ao mercado de trabalho guianês francês, essas disputas se acentuam nos tempos de recessão econômica (AROUCK, 2002, 2000; SALLUM JÚNIOR, 1998), como resultado de rearranjos estruturais de caráter neoliberal.

A consequência desse processo é a difusão de todos os tipos de preconceitos, os quais são traduzidos em tensões na organização social e violências diversas, dirigidas, sobretudo, para os imigrantes ilegais, que é o caso da maioria dos imigrantes brasileiros. Contudo, estratégias de acomodação também têm surgido na Guiana Francesa, como acontece com os imigrantes brasileiros que vivem ou nascem nesse DUF. Isso não significa dizer, porém, que todos os imigrantes estão felizes com as condições em que vivem. E, como a grande maioria não consegue a legalização, passa a viver permanentemente o medo da deportação ou, eventualmente, faz uma nova migração internacional, desta vez, para a França ou para outros países da Europa.

As evidências para este *paper* vêm da pesquisa de Arouck (2000, 2002), desenvolvida principalmente em Caiena e Kourou, que foi orientada por Ligia T. L. Simonian, que, por sua vez, a está ampliando.² Ela produziu novos dados, incluindo documentação fotográfica resultante de três estadas na Guiana Francesa e de outras nas demais Guianas. Simonian (2002-2003) conduziu uma pesquisa na área fronteiriça que liga as cidades de Oiapoque (Brasil) e de Saint Georges (Guiana Francesa), ambas junto ao rio Oiapoque. Depois da ultrapassagem desse rio, nessa área a migração se dá por terra, sendo especialmente utilizada por compradores de ouro, comerciantes em geral, garimpeiros e prostitutas. A pesquisa foi expandida para Caiena, Kourou, Sinnamary e Saint Laurent de Marroni, onde foram encontrados muitos brasileiros – legais e ilegais – em seus locais de trabalho, de moradia ou de lazer, inclusive os nascidos nessa Guiana.

Feitas essas considerações iniciais, na seção seguinte tem-se uma análise da migração, etnicidade e trabalho num mundo crescentemente globalizado. Em seguida, uma discussão sobre os antecedentes históricos e culturais é realizada numa tentativa de sintetizar a história da rota migratória de trabalhadores brasileiros para a Guiana Francesa. Posteriormente, a situação atual desses imigrantes é apresentada dentro do contexto das interações sociais em um espaço multiétnico. A expectativa é a de revelar as contradições enfrentadas e as estratégias de sobrevivência articuladas pelos que migram para esse DUF, tanto nos âmbitos sociolaborais e culturais como nos políticos.

Basicamente, a pesquisa revela que, discriminados em seu *status* legal e diante de todas as dificuldades, os trabalhadores brasileiros persis-

tem com os sonhos de “fazer a vida” na Guiana Francesa e de economizar rapidamente para assegurar um futuro melhor quando do retorno ao Brasil. De todo modo, mesmo quando conseguem permanecer nessa Guiana, esses imigrantes visitam sua terra natal freqüentemente. Os brasileiros que vêm e retornam sistematicamente ajudam os parentes que vivem na fronteira entre os países, ou mesmo em áreas e/ou cidades distantes. Contudo, a onda recente de deportações de brasileiros pode mudar os objetivos dos que desejam entrar ilegalmente nesse DUF.

Migração, etnicidade e trabalho num mundo globalizado

Embora os fluxos migratórios transnacionais tenham-se intensificado nos tempos atuais, principalmente de trabalhadores de países em desenvolvimento para os de economia forte, na Amazônia eles existem desde o período pré-colonial. Os deslocamentos de grupos indígenas Arawak, Tupi e Wayana, do norte do Brasil, para a Guiana Francesa são apontados por Zonzon e Prost (1996) como um fato histórico. Certamente essa migração difere muito do fenômeno atual que acadêmicos das ciências sociais, como Margolis (1995) e Sales (1995), têm rotulado como “novas migrações”. De acordo com essas autoras, o elemento “novo” nesse fluxo migratório dos dias de hoje corresponde à intensificação da saída de trabalhadores de seus países de origem em direção aos centros urbanos das nações mais ricas.

Dentre esses países, os Estados Unidos da América e as nações européias são os preferidos. No caso dos imigrantes brasileiros, esse processo também ocorre em direção ao Japão. Algumas estimativas apontam aproximadamente para algo entre 3 e 3,5 milhões de brasileiros que vivem fora do seu país (PAVÃO, 2003). Para ser preciso, os EUA têm 1,5 milhão de imigrantes, dos quais 70% vivem em condições ilegais. O Japão possui um total de 254 mil trabalhadores brasileiros. A considerar-se a experiência brasileira, o número de emigrantes nesses países indica as preferências.

No caso das Guianas – Guiana Francesa, Suriname, Guiana e área guianesa da Venezuela –, como recentemente verificado em campo junto a imigrantes legais e ilegais, a autoridades e a empresários, as estimativas oficiais são inexistentes. De fato, o governo brasileiro e os

locais não dispõem de dados censitários sobre os imigrantes ilegais, o que é dificultado especialmente pela contigüidade territorial e pelo freqüente vaivém para outros países e para o Brasil. Isto é algo parecido com a experiência dos mexicanos na fronteira com os EUA, o que Rouse (2003, p. 157) identifica como “[...] um espaço social do pós-modernismo”. Na região das Guianas, há cerca de 120, 150 mil brasileiros (SIMONIAN, 2003, 2004, 2005). Como em geral as autoridades tentam minimizar esses números, os entrevistados afirmam que é difícil chegar a um total preciso. Além do mais, o fato de uma parte considerável dos imigrantes não estar em situação ilegal e de viver em áreas de prospecção de ouro, em sua maioria inacessíveis, dificulta uma contagem sistemática.

Notadamente, as migrações de brasileiros para a Guiana Francesa ocorrem dentro de um contexto de busca por melhores condições de vida em terra estrangeira. Como atestam Arouck (2000, 2002), Margolis (1995) e Sales (1995), a difícil realidade econômica dos cidadãos brasileiros tem servido de motivação básica para um êxodo espontâneo. Aliás, é essa situação que está inspirando a novela *América*, exibida recentemente na Rede Globo de Televisão. Entretanto, é importante observar que a transferência para outro país culturalmente diferente não ocorre sem impactos na vida do indivíduo imigrante. Em consequência disto, deve-se levar em consideração o caráter heterogêneo e multiétnico da sociedade guianesa francesa (CHÉRUBINI, 1988; SMITH, 1960), de modo que a etnicidade emerge neste *paper* como uma categoria central de análise, embora não seja a única.

Na realidade, os estudos migratórios sob a perspectiva da etnicidade datam de pouco mais de trinta anos nas ciências sociais. Dessa maneira, entre outras pesquisas realizadas na década de 1970, Cohen (1974) dedicou-se à análise da presença de grupos africanos, europeus e asiáticos nas cidades americanas. Nos anos 80, Wolf (1982) verificou que certos segmentos étnicos tendem a se concentrar em nichos do mercado de trabalho, tal como ocorre em Nova Iorque com os irlandeses, na polícia, ou com os coreanos, no comércio de alimentos. Esses exemplos confirmam a assertiva de Marx ([1867] 1946, v. 1) quanto à super-exploração contínua dos trabalhadores no contexto global, uma vez que os melhores empregos, educação e saúde permanecem muito distante deles, como mostram Almeida (2004), Arouck (2002) e Simonian (2003) no caso ora em discussão. Por contraste, no Brasil, só recentemente

essa realidade tem despertado interesse acadêmico, com a institucionalização de linhas/centros de pesquisas nas universidades. A esse respeito, são ilustrativas as investigações sobre as relações interétnicas no cenário internacional, tais como as desenvolvidas no Centro de Estudos em Migrações Internacionais (Cemi) da Universidade de Campinas (Unicamp).

A aplicação do conceito de etnicidade, no entendimento da realidade em que os brasileiros vivem e trabalham na Guiana Francesa, pode ser justificada por dois fatores interdependentes. Em primeiro lugar, pelo fato de que o movimento migratório desse grupo para o DUF não está livre das reivindicações políticas do segmento étnico dominante nessa Guiana, precisamente, o segmento *créole*. Em segundo lugar, esta é uma categoria atual, pois, como analisaram Poutignat e Streiff-Fenart (1998), ela pode ajudar a entender os novos fenômenos migratórios, como no caso dos brasileiros que se deslocam para a Guiana Francesa. Contudo, a etnicidade não só pode ser reduzida a uma simples demarcação das distinções étnicas e culturais de grupos humanos em interação, mas, também, pode referir-se à dinâmica econômica e política que subjaz a uma realidade marcada pela divisão das classes e pela exploração econômica no mercado de trabalho.

Certamente, o conceito de etnicidade, como diferença etnocultural, ajustou-se bem aos primeiros estudos do fenômeno, nos quais o foco de interesse recaía na questão da herança genética e cultural como aspectos que sustentavam alianças entre indivíduos de grupos distintos em momentos de crise, por exemplo. Assim, a partir do referencial teórico e dos elementos empíricos observados na Guiana Francesa, o conceito de etnicidade formulado por Barth (1998) mostra-se mais adequado para a verificação da presença de trabalhadores brasileiros nesse DUF. Para esse autor, mais do que diferenças etnoculturais, etnicidade é um modo de organização social que se autovalida na dinâmica das interações entre grupos de origens étnicas distintas. O pressuposto de que etnicidade é uma construção histórica, que se desenvolve através de um processo estruturante, como assumido por Vincent (1974), revela-se pertinente na discussão sobre os trabalhadores brasileiros imigrantes na Guiana Francesa.

Ainda, Barth (1998) argumenta que classificações, fronteiras étnicas e símbolos identitários são elementos fundadores de uma

organização social demarcada pelas características e pelas idiossincrasias dos habitantes, sejam estes nativos ou estrangeiros. Isto pode ser observado tanto nos guianeses franceses quanto nos grupos que para lá migraram e estão a interagir, especialmente no mercado de trabalho. Todavia, isto não se dá num panorama harmonioso, pois explorações, discriminações e possibilidades diversas de violência permeiam tais interações com os imigrantes, particularmente com os ilegais. As dificuldades enfrentadas na realidade ainda são pouco estudadas e nela se envolvem disputas pela reprodução social e material na sociedade guianesa francesa. E, segundo Philip (1998), essa situação se apresenta romantizada. Por conseguinte, nisto pode residir um dos motivos para a decisão do imigrante em empreender uma experiência transnacional e, com isso, os trabalhadores estão migrando/vivendo como imigrantes em terras estrangeiras.

Dentro desse quadro, os brasileiros que vivem/trabalham mais recentemente na Guiana Francesa expressam sua arte através da música, da dança, da religião, do futebol, da comida, entre outros aspectos de sua cultura natal. Arouck (2002) revela que, na Caiena, políticos e escritores, como León Gontran Damas e Christiane Taubira, participam do processo de contestação da identidade social e cultural nesse DUF (BELLONY, 2002). Com Césaire e Senghor, Damas ajudou a construir o conceito de negritude, o qual foi adotado como uma referência maior ao pan-africanismo. No rastro de Damas, poetas e romancistas exaltam a identidade *créole* local. Também, de acordo com Bellony (2002), Taubira luta por direitos sociais, tanto para as mulheres quanto para as populações tradicionais que ali vivem.

Como os brasileiros dificilmente conseguem ser bem-sucedidos no enfrentamento das desigualdades sociais em seu próprio país – o que poderia reduzir o processo de migração –, o mesmo acontece com as outras Guianas. A Guiana Francesa continua a atraí-los por sua condição econômica, ainda que ela permaneça em uma situação quase que colonial em sua relação à França. Em face disso, conflitos, tensões e violência são freqüentemente resultantes da transmigração nessa parte da América do Sul. Por outro lado, políticas públicas estão transformando essa realidade regional, sobretudo através de melhorias observadas no sistema de rodovias, o que certamente facilitará as relações sociais e as políticas

regionais, especificamente através do comércio, do turismo e do intercâmbio cultural.

Ambiente, história e cultura na área entre o Brasil e a Guiana Francesa

A formação social da Guiana Francesa revela uma especificidade étnica e cultural plena de diversidades. Localizada ao norte do continente sul-americano, fazendo fronteira com o Suriname a oeste, com o Brasil ao sul, tendo a costa banhada pelo Atlântico e próxima ao Caribe, a França ocupou essa Guiana durante a expansão ultramarina no século XVI (AROUCK, 2002; MAM-LAM-FOUCK, 1996). Contraditoriamente e diferente do que aconteceu com a colonização brasileira, a França não foi bem-sucedida em fixar uma população europeia expressiva nessa Guiana; até a década de 1960, ela permanecia pouco habitada (CARDOSO, 1999; MAM-LAM-FOUCK, 1996). Os africanos trazidos pelos colonizadores para trabalhar contribuíram significativamente na formação social desse DUF, em especial através de processos de mestiçagem que se sucederam, envolvendo os colonizadores brancos e os escravos e seus descendentes.

Do ponto de vista demográfico, a Guiana Francesa apresenta um ambiente multiétnico/multicultural, mas os números são problemáticos. Exemplo disso é que, em 1990, de um total de 112.953 habitantes, apenas 60% eram de guianeses franceses, sendo 25% franceses, 8% surinameses, 2% haitianos, 2% brasileiros e 3% de indivíduos de outras etnias (ZONZON, PROST, 1997, p. 36).³ Estruturalmente, como indicado por Arouck (2002), pessoas de origens étnicas diversas, como indígenas,⁴ *bushinenges* ou *maroons*,⁵ *créoles*, javaneses, *hmongos*, chineses e guianeses, compõem a população local.

No que diz respeito aos brasileiros, Arouck (2002) utilizou duas fontes para ter uma idéia numérica – ao menos aproximada – dos que vivem na Guiana Francesa. Quando realizou uma pesquisa de campo em 2000, ele teve acesso a dados do Consulado Brasileiro em Caiena, que apontava a existência de 10 mil brasileiros com *Carte de sejour*⁶ e 8 mil ilegais. Contudo, os imigrantes informaram existir cerca de 25 mil/30 mil brasileiros vivendo e trabalhando nesse DUF. Três anos depois, e conforme Simonian (2003), esse total pode ter chegado a 40 mil.⁷

Entretanto, com a ação rígida da polícia guianesa francesa, os *gendarmes* – que, além de flagrar, deportam muitos imigrantes –, já é possível detectar uma tendência à redução do número de ilegais brasileiros. Em levantamento recente junto a deportados, muitos afirmam que não pretendem enfrentar a violência e toda sorte de humilhações impostas por tais autoridades,⁸ mas as possibilidades de mudanças, por certo, são muitas.

No que concerne aos impactos da mestiçagem no contexto cultural da Guiana Francesa, Zonzon e Prost (1996) revelam a existência de hibridismo originado da fusão de elementos do segmento africano com o europeu. Entretanto, em que pese uma presença dominante dos negros nesse DUF, representada pelo grupo étnico conhecido como *créole*, a população vem passando por muitas alterações desde o século XX. Em períodos diferentes e por razões diversas, essa Guiana foi alvo de fluxos migratórios originários da Ásia, das Antilhas e dos países guianeses-amazonenses – neste caso, daqueles com os quais mantém relações políticas fronteiriças, precisamente o Brasil e o Suriname (AROUCK, 2002, 2000; CASTOR, OTHILY, 1984).⁹ Neste ponto, nota-se uma forte influência caribenha, que chegou por mar e por barco. Assim, uma sociedade muito complexa, de orientações completamente diferenciadas, resultou desse processo.

Também, pequenos grupos de indonésios se transferiram para esse DUF em busca de trabalho na agricultura entre os anos de 1950 e 1970. O grupo étnico conhecido como *hmongo* começou a chegar em 1979, sendo que muitos de seus integrantes tinham sido prisioneiros no Laos (CALMONT, 1994). Muitos haitianos refugiaram-se na Guiana Francesa depois do estabelecimento do regime ditatorial de Duvalier; por sua vez, os brasileiros e os colombianos formam o grupo que mais recentemente para lá se deslocou (AROUCK, 2002; CASTOR, OTHILY, 1984). Em termos precisos, o deslocamento dos primeiros brasileiros – assim como dos colombianos –, como uma categoria social de trabalhadores, para essa Guiana teve início nos anos 60, mais especificamente com a construção do Centro Espacial Guianês (CEG), na cidade de Kourou, ao norte de Caiena.

Como observa Giacottino (1995), a Guiana Francesa se diferencia das demais Guianas em termos econômicos, especialmente em decorrência da sua condição de DUF, fato que a coloca em extrema dependência do governo francês. Assim, a economia dessa Guiana está

estruturada em torno do CEG, com um setor terciário desenvolvido para atender aos técnicos e especialistas, predominantemente metropolitanos, que trabalham nesse Centro ligado ao governo francês. Em contraste, atualmente, o extrativismo é uma atividade econômica pouco explorada nessa Guiana, de modo que os recursos naturais desse DUF permanecem quase intocados, o que leva a crer que se constituam em estratégia de reserva da França para o uso futuro. Ainda nesse DUF, a economia do setor primário é, sobretudo, alimentada pelos *hmongos* e pelos haitianos. Esses imigrantes tornaram-se empreendedores numa economia de pequena escala, participando assim da produção agrícola.

O salário mínimo pago até recentemente na Guiana Francesa era de 611.90 • (CHIFFRES, 2003) ou R\$ 1.494,17,¹⁰ embora muitos imigrantes ilegais recebam valores inferiores. Mesmo assim, essa situação é vista pelos brasileiros como vantajosa quando a comparam ao salário mínimo do Brasil, que corresponde a R\$ 300,00, ou seja, menos de um quarto do que recebem em média os que migram para essa Guiana. Porém, se, por um lado, essa Guiana apresenta uma economia estável, o mesmo não acontece com a cultura local que passa por mudanças contínuas. A mistura da cultura africana com a européia resultou num fenômeno híbrido, como pode ser observado, por exemplo, no campo lingüístico, em que se verifica “[...] um certo *créole* guianês-francês” (AROUCK, 2002, p. 95), revelando uma particularidade do falar local. Porém, tal processo se dá de modo mais amplo, como pode ser verificado no grande número de palavras portuguesas que podem ser encontradas entre os Samaraka surinameses, fenômeno este que data do período colonial.

A formação da língua *créole*, com suas particularidades lexicais e fonéticas, remonta ao escravismo colonial na Guiana Francesa, quando diferentes grupos étnicos africanos foram submetidos a processos comunicativos entre si, com os brancos europeus e os indígenas. No entanto, ainda que o segmento negro dominante na sociedade guianesa francesa represente 40% da população, o francês é o idioma oficial nesse DUF. Notadamente, a influência africana nessa cultura pode ser percebida em instâncias da vida cotidiana, como no ritmo da música, no modo de dançar, nas cores quentes das roupas e da cidade, na música, no Carnaval e na culinária. E, embora o francês seja a língua oficial e o *créole* a mais falada, ambas impactam o processo de adaptação dos grupos étnicos imigrantes que lá vivem e trabalham.

Trabalhadores brasileiros em uma Guiana Francesa multiétnica e globalizada

Os motivos para o êxodo dos brasileiros rumo à Guiana Francesa é parte de um panorama mais amplo que a realização econômica, pois há implicações de diversas ordens, tal como a condição em que vivem em face das possibilidades futuras. Serviços públicos deficientes, como os de educação, saúde e segurança pública, os baixos salários e o desemprego são fatores que, quando somados a outras dificuldades, contribuem para um sentimento de angústia e até de desespero, que nos últimos anos tem-se disseminado na sociedade brasileira. Todos esses problemas que a população brasileira está enfrentando na vida cotidiana acentuaram-se desde que o governo Collor adotou uma política neoliberal durante o seu curto mandato presidencial (1990-1992). Sallum Júnior (1998) descreve esse período de participação efetiva do Brasil na fase atual do processo de globalização como marcado pela redução das tarifas alfandegárias para os produtos importados e pela privatização das empresas estatais.

O otimismo de uma participação mais efetiva no mercado internacional estava fundamentado na incorporação de uma ideologia neoliberal que poderia facilitar a entrada de capital estrangeiro no Brasil. Em 1994, o colapso da economia mexicana mostrou a fragilidade dessa política para o desenvolvimento da maioria dos países. De fato, a desregulação na balança comercial garantiu uma competição internacional provocada pelo intenso fluxo de capital.¹¹ Nesse contexto, autores como Boron (2001) e Costilla (1998) adotam uma postura crítica em relação ao que pode ser entendido como um processo de “estadunização”, chamado pelos cientistas sociais americanos de *globalization* e pelos franceses de *mondialization*. Nos debates atuais, tais perspectivas são reveladoras de experiências diversas, sendo que as migrações transnacionais, como as de brasileiros para a Guiana Francesa, surgem como consequência dos desdobramentos antes referidos.

Em que pesem os discursos favoráveis das nações mais ricas quanto a esse processo, ele tem-se mostrado contraditório e apresentado diferentes resultados para as nações de economia periférica. Conseqüentemente, como um reflexo negativo da globalização, a sociedade brasileira tem assistido à privatização dos bens e dos serviços públicos, bem como

a disseminação da pobreza e a precarização das condições de trabalho.¹² Diante disso, a migração acaba surgindo como uma necessidade para um número significativo de pessoas, tal como acontece nos países do sul em relação aos do norte, onde podem ser verificados deslocamentos intra-regionais, sobretudo em direção às metrópoles (GOWRICHARN, 2005). Nesse aspecto, essas experiências têm implicações de natureza transnacional, como no caso dos trabalhadores brasileiros que precisam continuar indo para a Guiana Francesa e de lá retornando, principalmente em função da dificuldade de conseguir o *status* legal nesse DUF.

É nesse contexto que se verifica um êxodo de brasileiros para os países de economia estável. E no caso da Guiana Francesa, enquanto DUF, o que se pôde constatar é que as classes populares menos qualificadas para o trabalho são as que mais têm sofrido com os efeitos negativos desse processo de globalização. Desse modo, quando o governo francês colocou anúncios em jornais brasileiros para atrair trabalhadores para a construção do CEG, oferecendo altos salários, moradia e garantias sociais (AROUCK, 2002, 2000), teve início um fluxo migratório sem precedentes. Essa política, contudo, acabou se tornando um estímulo para uma onda migratória ilegal que tem persistido até os dias atuais, composta sobretudo por indivíduos de Belém (PA), Macapá (AP) e São Luís (MA). Os imigrantes pioneiros que chegaram na década de 1960 tornaram-se subempregados e mais tarde em empregadores, facilitando com isso a entrada de brasileiros clandestinos. Como mão-de-obra não-especializada, eles eram – e continuam sendo – contratados para trabalhar na construção civil, de modo que os contratadores reduzem – e reduzem – seus custos ao oferecer aos ilegais um salário mínimo mais baixo, se comparado ao dos imigrantes legalizados.

Muitos dos que migraram nos anos 60 retornaram ao Brasil devido ao descumprimento das promessas de trabalho, às dificuldades de adaptação e aos preconceitos enfrentados na Guiana Francesa. Entretanto, em que pese esses fatores, os brasileiros continuam a migrar para lá em busca de trabalho. Em geral, a entrada de brasileiros no território da Guiana Francesa ocorre por meio de rotas diversas. Os imigrantes legais usam a via aérea para se deslocar do Brasil para a Guiana Francesa e vice-versa (AROUCK, 2002). Neste caso, existem dois grupos distintos: o dos que obtiveram a *Carte de séjour* e têm o direito de ir e vir, participando do mercado de trabalho formal, com todos os

direitos sociais reconhecidos; e os que entram nesse DUF somente com o visto de turista (AROUCK, 2002). Este último grupo, ainda que viajando legalmente para a Guiana Francesa, usa esse visto como uma estratégia para entrar nesse DUF sem riscos de vida, passando posteriormente à condição de ilegais, com o objetivo de conseguir emprego no mercado de trabalho local.

A rota clandestina do Brasil para a Guiana Francesa é perigosa, demandando o uso de barcos e, recentemente, o transporte terrestre. Uma das rotas sai de Macapá pelo rio Oiapoque, passando pelo rio Mahurit. A travessia é feita em pequenas embarcações típicas da Amazônia e custa 55,11 • ou R\$ 156,40 por passageiro, em um percurso que dura até trinta horas. Outra rota também sai do rio Oiapoque com destino à cidade de Saint-Georges, onde os emigrantes embarcam em um táxi aéreo para Caiena ou Regina, ou, mais recentemente, em vans que seguem pela rodovia há pouco concluída. Enquanto Arouck (2002) estava estudando tal processo migratório de modo mais intensivo, verificou-se que os naufrágios não são raros nessas travessias. Também, a guarda costeira e a que controla a rodovia Caiena–Saint-Georges às vezes surpreendem os emigrantes ilegais, deportando-os a seguir para o Brasil. Enquanto estava em Caiena, em 2003, Simonian (2003) documentou a expulsão de uma emigrante brasileira pela polícia local, depois de tentar escapar próximo a Regina, quando estava entrando ilegalmente com outros brasileiros por via terrestre. Note-se, ainda, que o dinheiro usado para entrar na Guiana é obtido durante meses de economia ou através de empréstimos pessoais.

Os emigrantes brasileiros que conseguem chegar à Guiana Francesa normalmente encontram emprego no setor terciário da economia, embora nos tempos recentes este esteja praticamente saturado para absorver todo o contingente de trabalhadores que ali chega. Além disso, o tempo de permanência nesse DUF depende dos planos pessoais. Por conseguinte, é possível falar de uma categoria de trabalhadores que não pretende permanecer definitivamente nessa Guiana, mas apenas ganhar dinheiro suficiente para retornar ao Brasil e investir em um negócio próprio. Conforme Chérubini (1988), esse grupo constitui-se de uma população emigrante temporária, que se desloca no sentido Brasil–Guiana Francesa/Guiana Francesa–Brasil, nos períodos de melhor oferta de emprego. Os trabalhadores ilegais não somente participam dessa cate-

goria social, como também muitos dos que já obtiveram a *Carte de séjour*, estando, portanto, legalizados.

Os que se fixam na Guiana Francesa constituem uma categoria de imigrantes estáveis (CHÉRUBINI, 1988). A dedicação ao trabalho e uma rotina com despesas mínimas necessárias à sobrevivência são estratégias usadas por esses brasileiros para conseguir um padrão de vida *vis-à-vis* ao que tinham em seu país de origem. Quando esses imigrantes são bem-sucedidos, eles tentam estender os benefícios aos parentes que vivem no Brasil. Com freqüência, tais imigrantes financiam a viagem de parentes para essa Guiana, com o objetivo de empregá-los em empresas de natureza familiar. Esse grupo estável, com seus membros residindo nesse DUF, acaba por dar origem a um outro grupo, que Arouck (2002) classifica como “geração jovem”, composta por filhos e filhas nascidos de imigrantes brasileiros. Comparados aos seus pais, esses indivíduos jovens estão nitidamente mais bem adaptados ao modo de vida local, não demonstrando qualquer interesse em viver e trabalhar no Brasil.

Embora os imigrantes deixem o Brasil com o propósito de conquistar um melhor padrão de vida na Guiana Francesa, os dados produzidos em campo e completados pela literatura mostram que há dificuldades diversas nesse projeto. Como são absorvidos pelo setor terciário – principalmente mestres-de-obras, carpinteiros, faxineiros, cozinheiros, garçons, garçonetes, artesãos e prostitutas, dentre outras possibilidades –, os brasileiros são relegados aos mais baixos níveis da economia local (AROUCK, 2002; SIMONIAN, 2003). Na atualidade, as condições das áreas de habitação desse grupo de imigrantes são reflexos diretos de sua inserção periférica na sociedade guianesa francesa. Comparados ao padrão socioeconômico francês, os baixos salários impedem que os trabalhadores clandestinos aluguem casas que ofereçam um pouco mais de conforto. Assim, uma alternativa para os ilegais é morar nos subúrbios da Guiana Francesa, principalmente na capital Caiena. Noutros casos, os imigrantes brasileiros moram no próprio local de trabalho; a legislação laboral local proíbe essa prática, mas ela persiste devido à falta de um controle intensivo por parte das instituições públicas específicas.

Na Guiana Francesa, brasileiros podem também ser encontrados trabalhando na prostituição. Assim, mulheres, gays e travestis são facilmente encontrados em Caiena e em outras cidades menores (AROUCK,

2002; SIMONIAN, 2003). Esses imigrantes são ilegais, e seu principal sonho, conforme o relato de um deles a Simonian (2003), é o de permanecer nessa Guiana para reemigrarem-se posteriormente para a Europa, mais precisamente para a França. Um travesti disse que, ao contrário do homem francês, os guianeses franceses são muito rudes, agressivos e bastante violentos. Em Kourou, outro travesti comentou que os homens guianeses franceses, que freqüentemente utilizam os serviços sexuais desse grupo de brasileiros, os espancam e, depois, os abandonam em áreas distantes, sem efetivar o pagamento do “programa”. Parece claro que tais clientes fazem isso porque sabem que os travestis não podem denunciá-los, uma vez que muitos estão na condição de ilegais.

Tanto para os travestis como ainda para os demais imigrantes brasileiros, o desconhecimento da língua oficial da Guiana Francesa constitui uma grande dificuldade no processo de adaptação à sociedade local. Para os que possuem baixos níveis de escolaridade – em geral, não têm mais que o ensino fundamental –, a barreira lingüística provoca desânimo no projeto de “ganhar dinheiro fácil no exterior”. Este foi o caso da imigrante amapaense Josélia Silva, hoje com 40 anos, como revelado por ela em depoimento de 2000, transcrito, em parte, a seguir:

Eu cheguei em Caiena e trabalhei em um restaurante. Mas, sem falar a língua, eu não pude continuar mais. Fui deportada depois de oito meses de trabalho. Agora estou aqui [no Amapá], trabalhando e tomando conta das minhas crianças; o pai delas não ajuda em nada. Assim eu vou levando a minha vida. Não tenho coragem de ir [outra vez] para a Guiana Francesa.

Casos bem diversos do de Josélia são os imigrantes que se tornaram bem-sucedidos em pequenos negócios familiares e, por isso, sobrevivem melhor às complicações subjacentes à experiência de trabalhar e viver nessa Guiana.

De todo modo, viver com a população guianesa francesa não é fácil como evidenciam os processos discriminatórios experimentados pelos brasileiros. Certamente, a hostilidade à presença desse grupo de imigrantes nesse DUF foi desencadeada pelo segmento dominante *créole*, que acredita serem os brasileiros uma ameaça à sua hegemonia. Conseqüentemente, a considerarem-se os altos índices de desemprego na Guiana Francesa, a entrada de mão-de-obra imigrante desencadeia

disputas por trabalho, ainda que os brasileiros integrem os mais baixos setores desse mercado. Por outro lado, exatamente na fronteira do Amapá com esse DUF, grupos *créoles* que reivindicam a independência falam de uma suposta intenção do governo francês em entregar o território dessa Guiana ao governo brasileiro. Nesta perspectiva, a reação preconceituosa do segmento *créole vis-à-vis* aos brasileiros é motivada mais por fatores de ordem política e econômica do que de natureza predominantemente etnocultural.¹³

Também, parlamentares locais começam a assumir posturas mais rígidas em relação aos trabalhadores imigrantes. Em um discurso feito anos atrás na Câmara Municipal de Caiena, o vereador Castor (CASTOR, OTHILY, 1984, p. 61) referiu-se aos estrangeiros como uma “carga pesada” para o governo francês. Esse entendimento está relacionado ao aumento das tensões, dos conflitos e da violência na Guiana Francesa (AROUCK, 2002, 2000; SIMONIAN, 2003). De fato, o aumento nos índices de criminalidade, a expansão da atividade prostitutiva¹⁴ e o aparecimento de mendigos na capital e nas demais cidades trazem consigo uma realidade preocupante para as autoridades e para o Estado francês.¹⁵

A Guiana Francesa vem sendo ainda afetada em suas finanças públicas, principalmente devido ao aumento populacional que acaba por demandar maiores investimentos, sobretudo nos serviços de educação e saúde. Entretanto, a despeito desses desafios para a França e para o mercado de trabalho local, no qual as oportunidades de emprego são cada vez mais raras para os imigrantes, os deslocamentos para esse DUF não param, embora eles ocorram atualmente em fluxo menor. Por conseguinte, por quanto tempo o êxodo de brasileiros para esse DUF irá persistir é uma questão que depende dos desdobramentos políticos e econômicos nos próximos anos.

Discussão: perspectivas críticas e tendências à presença de brasileiros na Guiana Francesa

A realidade vivida pelos brasileiros que tentam o sucesso migrando para outros países não é um caso isolado. Dentro desse contexto, indivíduos de diferentes partes do mundo recorrem à migração internacional em busca de trabalho. Normalmente, as áreas preferidas são os países com um mercado de trabalho estável, embora muitas ocupações

não sejam bem remuneradas. Não se pode negar a existência de ofertas de trabalho bem remunerado nas agências internacionais, se bem que destinada a candidatos potenciais, como executivos de multinacionais e outras ocupações de nível técnico. Assim, os problemas que os imigrantes enfrentam em consequência desses deslocamentos não é de interesse imediato dos países onde buscam refúgio econômico.

Mas ainda que existam dificuldades, será elas realmente contam diante dos sonhos e das utopias que impulsionam esses movimentos migratórios? Com tantos riscos assumidos, inclusive com o endividamento para a viagem, essa mão-de-obra não-especializada não está apostando alto demais ao entrar ilegalmente em outros países na tentativa de melhorar de vida? Em muitos casos, os imigrantes vivem em condições similares ao escravismo clássico – fenômeno atualmente conhecido como neoescravidão ou escravidão branca –, ou à “segmentação étnica” (WOLF, 1982, p. 379) em contextos de trabalho. Nos EUA, por exemplo, os latinos são encontrados frequentemente nessas condições, principalmente os que trabalham na colheita no campo e/ou em serviços pouco especializados nas áreas urbanas e metropolitanas (SIMONIAN, 2000).¹⁶ E a destruição do World Trade Center em New York, no dia 11 de setembro de 2002, certamente tornou essa realidade pior. Paradoxalmente, apesar das dificuldades, em geral os imigrantes, dentre os quais os brasileiros, não pensam em retornar ao seu país natal.

Os brasileiros estão indo para a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela como garimpeiros e lá trabalham nas minas de ouro e de diamante, com o objetivo primeiro de enriquecer rapidamente. Soube-se, durante as entrevistas, da existência de perseguições e extorsões num garimpo localizado na Venezuela, nas proximidades da fronteira com o Brasil. Esses atos eram praticados por autoridades policiais venezuelanas. Apesar disso, a convivência com os trabalhadores locais é descrita como de muita camaradagem e cooperação (SIMONIAN, 2005). No Suriname, até muito recentemente os brasileiros eram bem-vindos para trabalhar nas áreas de garimpo (SIMONIAN, 2004), razão pela qual muitos encontram-se radicados em Paramaribo, a capital, onde já configuram uma territorialidade conhecida como “Nova Belém”. E, como recentemente documentado, na Guiana, se discute a possibilidade de legalizar a situação dos brasileiros que ali trabalham. Entretanto, a ação agressiva dos *gendarmes* da Guiana Francesa já afeta essa realidade,

pois alguns cidadãos da Guiana e do Suriname, ao serem entrevistados, fizeram críticas à política aberta de seus países quanto aos brasileiros.

Em outro caso, os povos indígenas da Guiana vêm emigrando para trabalhar no Brasil desde a década de 1990, precisamente em Roraima, onde vivem enfrentando até crueldades e muitas vezes são alvo de práticas intimidatórias (SIMONIAN, 2001; 2005). Em Boa Vista, a capital desse estado, e no interior, esses trabalhadores eram – e em larga medida ainda são – tratados de modos diversos, inclusive, discriminatórios. Mulheres, especialmente as mais jovens, trabalhavam, e ainda trabalham, como empregadas domésticas em casas de famílias de classe média e alta ou como prostitutas. Com um português mal aprendido, elas executam tarefas contínuas, com baixa ou mesmo sem remuneração e sem quaisquer direitos trabalhistas garantidos; algumas também têm enfrentado abusos sexuais. Contudo, dizem que se submetiam à situação porque seria pior se retornassem à vida nas aldeias.

Processo similar é observado entre os imigrantes brasileiros na Guiana Francesa, a despeito da dispersão em categorias diversas, como a de garimpeiros de ouro ou de diamante, a das empregadas domésticas, a dos carpinteiros, a dos pedreiros e a dos garçons, dentre outras ocupações. Esse grupo tem seu trabalho valorizado no mercado local, especialmente devido à qualidade com que o desempenham se comparados com imigrantes de outras origens, que recebem baixos salários, tendo, portanto, suas chances de sobrevivência muito mais reduzidas (AROUCK, 2002). Os garimpeiros e outros trabalhadores que desenvolvem suas atividades nos garimpos das Guianas enfrentam a malária e a violência. Ao serem infectados, os que estão na condição de ilegais na Guiana Francesa – portanto, sem *Carte de Sejour* e sem seguro de saúde – retornam à cidade de Oiapoque para serem tratados (ANDRADE, 2005; SIMONIAN, 2003). Posteriormente, eles esforçam-se para de novo retornar ao mesmo garimpo.

Ao investir no projeto de uma vida melhor, os imigrantes brasileiros usam estratégias que, de um modo geral, não diferem dos demais indivíduos que vivem e trabalham ilegalmente na Guiana Francesa, principalmente quando experimentam circunstâncias difíceis. Nesse caso, a deportação dos ilegais é uma certeza quando são apanhados pela polícia. Todavia, conforme ouvido por Arouck (2002) e Simonian (2003), com poucas exceções, eles reafirmam sua intenção de retornar àquele DUF.

Muitos brasileiros vêem essa possibilidade como a única que possuem para aumentar seus rendimentos, de modo que, no futuro, pretendem retornar ao Brasil, transformando a Guiana Francesa apenas em um meio para garantir uma vida mais digna quando chegar o momento de regressar.

Os que possuem a *Carte de séjour* estão em melhores condições, mas vivem com restrições, pois não podem suportar as despesas de um padrão de vida elevado na Guiana Francesa. Os que moram no centro ou na periferia da cidade são a prova disso (AROUCK, 2002, 2000; SIMONIAN, 2003). Outra evidência é a falta de recursos para oferecer melhores condições de educação aos filhos. Os jovens dificilmente entram na universidade, mesmo os nascidos na Guiana Francesa.

Uma válvula de escape para as frustrações é o crescente envolvimento na religião, como se verificou nas igrejas fundamentalistas que disseminam cultos em português para os brasileiros (AROUCK, 2000, 2002; SIMONIAN, 2003). Outra estratégia para enfrentar as dificuldades de viver e trabalhar nessa Guiana é a realização de partidas de futebol, ou eventos simples, tais como jantares com familiares em restaurantes brasileiros aos domingos, ou os pequenos bailes de carnaval. Muitos, porém, estão bem integrados e não pretendem voltar ao Brasil, fazendo freqüentemente referência à pobreza e à falta de interesse dos políticos brasileiros ante os problemas socioeconômicos do país.

A construção de uma rodovia asfaltada interligando o Brasil e a Guiana Francesa poderá causar impacto na imigração dos brasileiros. Novas regulamentações, especialmente por parte da França, tenderão a ser mais rígidas e, provavelmente, irão desencadear tensões na fronteira. Em 2004, os imigrantes disseram que o governo francês deportou cerca de quinhentos trabalhadores (ALMEIDA, 2004). A extensão dessa política praticada nas Guianas em relação ao Brasil ainda precisa ser investigada, mas, como tem sido freqüentemente publicado na mídia e documentado em campo por Simonian (2003, 2004), o aumento do controle está sendo conduzido pelas autoridades locais. De fato, o enfrentamento de tensões, conflitos e mesmo de violência faz parte do cotidiano desses brasileiros emigrados, sendo que muitos acabam atacados, roubados e/ou mortos, como ocorreu em 2003 (SIMONIAN, 2004, 2005), quando dois casos de homicídio aterrorizaram os que viviam nos garimpos da Guiana.

Finalmente, importa mencionar que os negócios e o turismo podem aumentar para o Brasil e para as Guianas, o que terá como impacto positivo uma possível neutralização das tensões relacionadas às migrações nessas fronteiras. Nesse sentido, o governo brasileiro e os das demais Guianas terão de criar condições para as populações locais, pois a minimização das tensões fronteiriças, do êxodo espontâneo, dos conflitos e da violência são questões cruciais. Entretanto, a ampliação da militarização na fronteira dessa região, que vem envolvendo exércitos binacionais, como no caso Brasil-Suriname, pode piorar as condições, especialmente as dos imigrantes brasileiros que decidem buscar por condições melhores de vida e de trabalho nas Guianas e, particularmente, na Guiana Francesa.

Notas conclusivas

A realidade multiétnica da Guiana Francesa e a geopolítica regional apontam para uma incerteza quanto ao futuro. Não há, portanto, nenhuma garantia se o processo migratório de brasileiros para esse DUF continuar. Mas, se essa possibilidade efetivar-se num futuro próximo, certamente ela irá afetar esse emigrantes. Com as recentes mudanças no panorama político brasileiro, a esperança para alterar a estrutura socioeconômica da população continua muito distante. De fato, o compromisso do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial, aliado à inabilidade das autoridades locais, obscurece qualquer esperança ou utopia. Isto se mostra verdadeiro quando o interesse dos segmentos sociais mais pobres é deslocado do centro das políticas públicas e dos investimentos econômicos. Assim, muitos pobres e analfabetos persistirão na tentativa de atravessar a fronteira para trabalhar na Guiana Francesa, ou mesmo nos outros países da região, ainda que temporariamente.

Trabalhar especialmente na Guiana Francesa é um projeto similar ao que ocorre em muitos outros países. Assim, os imigrantes brasileiros sabem o que vão enfrentar quando para lá se deslocam. Os que obtêm a *Carte de séjour* estão aptos a decidir se irão viver definitivamente ou não nesse DUF, com possibilidade de sucesso. Entretanto, este não é o caso dos que não podem contar com qualquer suporte quando chegam, ou dos que estão na condição de ilegais e, por conseguinte, são vulneráveis

a toda sorte de constrangimentos, incluindo discriminações, violência, baixos salários e deportação. Por sua vez, a geração jovem – nascida ou não na Guiana Francesa – prefere permanecer porque os elos com o Brasil e com a cultura brasileira estão tênues ou inexistem.

Ainda no que diz respeito a esses imigrantes, os brasileiros são importantes devido ao número e à sua boa aceitação no mercado de trabalho guianês francês, o que ressalta uma série de equívocos na organização social multiétnica local. As marcas das diferenças etno-cultuais são fortíssimas, especialmente quando os *créoles* guianeses franceses são levados em consideração como o segmento dominante na Guiana Francesa. Contudo, no que diz respeito ao mercado de trabalho, tais imigrantes não disputam com os *créoles* por posições; isso também está acontecendo com outros grupos estrangeiros. Essa questão parece não estar sendo ameaçada pela construção da rodovia que irá ligar o Brasil à Guiana Francesa, embora a França possivelmente estabeleça restrições legais para impedir o exacerbamento da tensão entre os diversos grupos étnicos que vivem nesse DUF.

A atual realidade socioeconômica na Guiana Francesa revela todo tipo de trocas culturais entre os grupos coexistentes de diversas origens. Esse processo tornou-se possível devido às resistências a uma multiétnicidade que se coloca como questão seminal para a sociedade local. Além do mais, é também uma consequência da resistência francesa à sua hegemonia potencial, uma vez que a independência é ainda um assunto tabu, com a qual a maioria dos *créoles* concorda. Por conseguinte, nesta parte do mundo, as condições para novas migrações de trabalhadores estrangeiros continuarão a existir, mesmo apesar do controle crescente na fronteira, nos garimpos, nas cidades e nos locais de trabalho.

WORK AND LIFE IN FOREIGN LAND: THE BRAZILIAN MIGRANTS IN FRENCH GUIANA

Abstract

Although the migrations between the frontier countries of the Amazon related to the Pre-Colonial period, about which there are information on Indigenous displacements, contemporaneously they have acquired a new perspective. Influenced by issues of socioeconomic nature, a migratory flux from Brasil to French Guyana has persisted since the years of 1960, in a way

that the states of the Brazilian North region – particularly Pará e Amapá – are the ones that send away labor, in general with low specialization, to work in this French Ultramarine Department. Based in bibliographic material, data and documents produced in the field, this work has the aim to build understandings about the Brazilian exodus to French Guyana, though they have to face adverse situations marked by discriminatory processes, diverse violences and disillusionings. In spite of this, it can be verified that the dream of a better life will continue to inspire the emmigration in this part of the Amazon, even that the French authorities intensify the restrictions to this sociospatial movement in the future.

Key words: Migration, work, Brazil, French Guyana.

Notas

1. Este artigo é uma versão atualizada de outro que está publicado em coletânea organizada por Ruben Gowricharn (Ed.), sob o título *Caribbean transnationalism and shifting identities*, pela editora Lexington Books, de Nova Iorque, em dezembro de 2005.
2. Em parte, essa ampliação está sendo possível pela participação de L. Simonian no Projeto Etnicidade, Região e Nação: Reconfigurando a Teoria a Partir de Saberes Locais e Espaços Transnacionais (Projeto Erena), que é financiado pelo CNPq e coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha, da Universidade Federal de Goiás.
3. Veja Castor e Othily (1984) sobre a demografia na Guiana Francesa e sobre a população dos que lá nasceram nos anos de 1967, 1974 e 1982.
4. Os Galibi, Palikur, Wayana, Emerilon e Waiãpi (AROUCK, 2002).
5. Os Djuka, Paramaka, Boni, Saramaka, Bosh e Aloukou (AROUCK, 2002).
6. A *Carte de séjour* corresponde a uma licença temporária de doze meses, concedida pelo governo francês aos imigrantes contratados para trabalhar na Guiana Francesa. Depois de ter o contrato de trabalho renovado durante quinze anos, o imigrante pode requerer a nacionalidade francesa.
7. No Suriname, os brasileiros poderiam disputar as eleições federais e conseguir um lugar na Assembléia Nacional, porém como não têm uma organização sociopolítica mais ampla, isto os impede de almejar tal possibilidade em futuro próximo (SIMONIAN, 2004).
8. Essa é uma questão que requerer pesquisas futuras.
9. Veja Castor e Othily (1984, p. 88-89) para uma cronologia das migrações na Guiana Francesa.

10. Neste artigo, todas as conversões envolvendo as moedas “euro” e “real” resultam de cálculo baseado na cotação de 24 de junho 2005, ao valor de 2,838 • por RS 1,00, conforme <<http://br.finance.yahoo.com/m3>>.
11. É importante lembrar que recentemente o governo americano ofereceu a quantia de 50 milhões de dólares para “ajudar” o México a controlar o colapso econômico
12. Uma discussão acerca dos aspectos positivos da globalização na região em questão será feita oportunamente, porque disto o discurso oficial já tem se encarregado, embora de modo utópico, como no caso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Então, cabe lembrar que, em sua dimensão informacional, a globalização tem produzido desigualdades para as quais foram cunhadas palavras do tipo infoexclusão, analfabetismo digital e *apartheid* tecnológico, fenômenos esses ainda pouco explorados analiticamente pelas ciências sociais.
13. Como se observou nesse DUF, os preconceitos etnoculturais são mais direcionados a indivíduos indígenas e haitianos, que são considerados pelos *créoles* como inferiores e incivilizados. É interessante notar, porém, que haitianos e *créoles* guianeses franceses são da mesma base etnocultural. Estudos mais aprofundados sobre essa realidade podem ajudar a entender as relações antagônicas entre esses grupos que têm em comum a origem africana e um passado marcado pela escravidão.
14. Vale ressaltar que os brasileiros precisam de um visto para viajar para a Guiana Francesa, mas não para a França.
15. A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou, em 2004, um relatório no qual o Pará figura com duas rotas de tráfico de mulheres: uma sai de Belém em direção a Paramaribo (Suriname) e outra para a Guiana Francesa (Caïena). Tais destinos servem de ponte para a Europa. A Divisão de Repressão ao Crime Organizado verificou que as prostitutas também têm sido usadas para o tráfico de drogas, principalmente de *ecstasy* e de cocaína (COELHO, 2004).
16. Esse neoescravidão é também muito presente na Amazônia brasileira (BALES, 1999), embora neste caso as migrações ocorram em âmbito inter-regional.

Referências

ALMEIDA, J. Clandestinos – Caïena deporta 500 brasileiros em 5 meses. *O Liberal/ atualidades*, Belém, n. 30.841, p. 8, 12 nov. 2004. (Fotos: Renato Chalu).

ANDRADE, R. F. de. *Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional*. 2005. 407 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

AROUCK, R. de C. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades*. Belém: Editora do NAEA, 2002.

_____. *Brasileiros na Guiana Francesa: novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? Revue Lusotopie*, Paris, p. 67-78, 2000. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/arouck.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2003.

BALES, K. Brazil: life on the edge. In: *Disposable people: new slavery in the new economy*. Berkeley: California University Press, 1999. p. 121-148.

BARTH, F. (Ed). *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Prospect Heights: Waveland Press, 1998.

BELLONY, Y. The state of woman in French Guiana. *Conference on Women, Gender and Development on the Pan-Amazon*, Belem, Brazil, Nucleus for High Amazon Studies, 2002. 6 p. Manuscrito.

BORON, A. Os “novos leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In : SADER, E.; GENTILI, P. (Ed). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-67.

CALMONT, R. Départementalisation et migrations de frontières: le cas de la Guyane. In: BURAC, M. (Ed.). *Guadeloupe, Martinique et Guyane das le monde américain*. Paris: Karthala, 1994.

CARDOSO, C. F. *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux, contribution à l'études des sociétés esclavagistes d'Amérique*. Petit Borg: Ibis Rouge, 1999.

CASTOR, E.; OTHILY, G. Immigration. *La Guyane: les grands problèmes, les solutions possibles*. Paris: Caribéennes, 1984. p. 60-89.

CHÉRUBINI, B. *Cayenne, ville Créole et poliethnique: essai d'anthropologie urbaine*. Paris: Karthala, 1988.

CHIFFRES & indices: minimum wages. In: *Chambre de commerce et d'industrie de Nouvelle-Calédonie*, 2003. Disponível em: <<http://www.cci-nc.com/economie/salaire.php>>. Acesso em: 29 dez. 2003.

COELHO, M. Prostituição relacionada ao tráfico de drogas. *O Liberal/atualidades*, Belém, p. 10, 24 fev. 2004.

COHEN, A. (Ed). *Urban ethnicity*. London: Tavistock, 1974.

- COHEN, R. Cultural diaspora: the Caribbean case. In: CHAMBERLAIN, M. (Ed.). *Caribbean migration: globalized identities*. London/New York: Routledge, 1998.
- CONWAY, D. The Caribbean diaspora. In: HILLMAN, R. S.; Th. J. D'Agostino (Ed.). *Understanding the contemporary Caribbean*. London/Kingston: Lynne Rienner/Ian Randle, 1998. p. 333-353.
- COSTILLA, L. F. O. O que há de novo na sociologia latino-americana? *Cadernos de Ciências Sociais*, Fortaleza, n. 35, p. 9-33, 1998.
- GIACOTTINO, J. C. *Les Guyanes*. 2. ed. Paris: Press Universitaires de France, 1995.
- GOULBOURNE, H. *Caribbean transnational experience*. London/Kingston: Pluto Press/Arawak Publications, 2002.
- GOWRICHARN, R. (Ed.). *Caribbean transnationalism and shifting identities*. New York: Lexington Books, 2005.
- MAM-LAM-FOUCK, S. *Histoire générale de la Guyane Française: les grands problèmes guianais, permanence et évolution*. Cayenne: Ibis Rouge, 1996.
- MARGOLIS, M. A minoria invisível: imigrantes brasileiros em Nova York. *Revista Travessias*, São Paulo, v. 7, n. 21, p.10, jan./abr. 1995.
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. v. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1946. 769 p. Originalmente publicado em 1867.
- PAVÃO, J. *A imigração invisível*. Disponível em: <<http://www.parabolaeditorial.com.br/valor062003.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2005. 2 p.
- PHILIP, M. N. Race, space, and the poetics of moving. In: BALUSTANKY, K. M.; M. A. SOURIEAU (Ed.). *Caribbean creolization: reflections on the cultural dynamics of language, literature, and identity*. Gainesville/Barbados: The UP of Florida/The PU of West Indies, 1998. p. 129-153.
- POUTGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade seguida de grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- REIS, A. C. F. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa*, v. 1. Belém: Secult-PA, 1993. 250 p. (Lendo o Pará, 15).
- ROUSE, R. Mexican migration and the social space of postmodernism. In: INDA, J. X.; R. ROSALDO (Ed.). *The anthropology of globalization: a reader*. Malden (USA): Blackwell Publishing, 2002. p. 156-171.
- SALES, T. O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. *Revista Travessias*, São Paulo, v. 7, n. 21, p 5-8, jan./abr. 1995.
- SALLUM JÚNIOR, B. Globalização e estratégia para o desenvolvimento: o Brasil nos anos [19]90. In: DINES, A. et al. *Sociedade e Estado: superando fronteiras*. São Paulo: Fundap, 1998. p. 243-279.

SIMONIAN, L. T. L. Guiana venezuelana/Guiana/Roraima – notas de campo, documentação fotográfica (Boa Vista, Santa Helena, Lethem), 2005.

_____. Suriname/Guiana – notas de campo, documentação fotográfica (Paramaribo, Georgetown, Lethem), 2004.

_____. Guiana Francesa – notas de campo, documentação fotográfica, (Caiena, Kourou, Saint Laurent du Maroni, Saint Georges, Sinnamary), 2002-2003.

_____. Prefácio. In: AROUCK, R. de C. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades*, Editora do NAEA, Belém, 2002. p. 15-21.

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA-UFPA, 2001.

_____. New York, San Francisco – notas de campo, 2000.

SMITH, M. G. Social and cultural pluralism. *Annals*. New York: The New York Academy of Sciences, p. 763-785, 1960.

WAIËPI. *Povos indígenas no Brasil/Amapá: norte do Pará*. v. 3. São Paulo: Cedi, 1983. p. 99-137.

VERTOVEC, S. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, p. 447-462, 1999.

VINCENT, J. The structuring of ethnicity. *Human Organization*, v. 33, n. 4, p. 375-379, 1974.

WOLF, E. R. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982.

ZONZON, J.; PROST, G. *Géographie de la Guyane*, Saint-Germain-du-Puy: Servedit, 1997.

_____. *Histoire de la Guyane*. Saint-Germain-du-Puy: Servedit, 1996.